



CÂMARA MUNICIPAL DE CADAVAL

EDITAL Nº 42/2020

**Hasta Pública para Arrendamento do Prédio Rústico
(Artigo 1 V da Secção V a V 13), sito no perímetro florestal da serra de
Montejunto, localizado na Freguesia de Lamas e Cercal**

**JOSÉ BERNARDO NUNES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CADAVAL, TORNA
PÚBLICO QUE:**

De harmonia com a deliberação tomada pela Câmara Municipal, ao abrigo da alínea ee) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua reunião ordinária de 25 de agosto de 2020, foi determinada a Hasta Pública para o arrendamento de parte com 700m2 do prédio rustico sito no artigo 1 da secção V a V13 – União de Freguesias de Lamas e Cercal, melhor identificado no programa da Hasta Pública.

A concessão terá lugar perante a Comissão, designada pela Câmara Municipal na reunião mencionada, no próximo dia 21 de outubro, com início às 15:00 horas, no auditório do edifício dos Paços do Concelho, obedecendo às condições previstas no programa de concurso que poderá ser consultado na Unidade Jurídica e Administrativa da Câmara Municipal, durante as horas normais de expediente, até ao dia 20 de outubro, ou em www.cm-cadaval.pt.

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

Paços do Município do Cadaval, 06 de outubro de 2020

O Presidente da Câmara

(José Bernardo Nunes.Dr)



MUNICÍPIO DO CADAVAL
Câmara Municipal

PROGRAMA DA HASTA PÚBLICA

**Arrendamento de parte de Prédio Rustico
(artigo 1 da secção V a V13 – União de Freguesias de Lamas e Cercal)**

Objeto do contrato de arrendamento

A área a arrendar em hasta pública corresponde à área de 700,00 m2 localizada no artigo 1 da secção V a V13 – União de Freguesias de Lamas e Cercal e melhor identificada em anexo, cujo uso, regras de edificabilidade e condicionantes se encontram consignadas no Regulamento do Plano Diretor Municipal do Cadaval e quaisquer dúvidas sobre a interpretação das mesmas deverão ser esclarecidas nos serviços da D.O.T. – Divisão de Ordenamento do Território.

Preço Base do arrendamento

Uma renda anual de 200,00 € (duzentos euros).

O valor poderá ser atualizado, anualmente, de acordo com o índice de preços do consumidor, correspondente aos últimos 12 meses e publicado em Diário da República.

Prazo do Arrendamento

O contrato de arrendamento é feito pelo prazo de 10 (dez) anos. Findo esse prazo, o contrato de arrendamento renova-se por iguais períodos, enquanto não for denunciado.

Apresentação de propostas

Deve ser apresentada proposta por escrito, indicando o valor para a sua arrematação, igual ou superior ao preço base do arrendamento anual.

Têm de ser redigidas em língua Portuguesa e apresentadas em sobrescrito opaco e fechado, identificando-se no seu exterior a frase “Arrendamento do Prédio Rustico sito no artigo 1 da secção V a V13 – União de Freguesias de Lamas e Cercal”, indicando o nome ou a denominação social do concorrente, número de identificação fiscal, endereço postal, telefone, e-mail e fax;

As propostas podem ser entregues no edifício dos Paços do Concelho de Cadaval, nas horas normais de expediente (2.ª a 6.ª feira, das 08.30 às 16.00 horas), contra recibo, ou remetidas pelo correio, sob registo, para o Município do Cadaval – Câmara Municipal, Edifício dos Paços do Concelho – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro – 2550-103 Cadaval;

Se o envio da proposta for feito pelo correio, o concorrente será o único responsável pelos atrasos que porventura se verifiquem, não podendo apresentar qualquer reclamação na hipótese de a entrada dos documentos se verificar já depois de esgotado o prazo de entrega das propostas;

As propostas apresentadas são registadas e ordenadas de acordo com a respetiva data de apresentação;



MUNICÍPIO DO CADAVAL
Câmara Municipal

O requerimento da proposta deve ser assinado pelo proponente ou pelo seu legal representante, declarando o conhecimento e aceitação do presente clausulado de “Hasta Pública” e referindo, de forma sustentada, as seguintes informações:

- Identificação do interessado, contendo nome e número de identificação fiscal ou número de identificação de pessoa coletiva e endereço profissional ou da sede da sociedade e respetivos contatos.
- Fins de utilização do terreno.

Caso se justifique, a Comissão do Ato Público poderá, no prazo de 8 dias, solicitar aos candidatos outros elementos que se entendam necessários com vista à melhor avaliação da candidatura, sendo que, será estipulado um prazo adequado para a sua apresentação.

Local, dia e hora limite para apresentação de propostas:

As propostas devem ser entregues em carta fechada, no prazo de 10 dias uteis contados da data do edital de publicidade da hasta pública.

CrITÉRIOS da adjudicação

O critério de adjudicação será a proposta economicamente mais vantajosa.

Ato Público da Hasta Pública:

O ato público da hasta pública realizar-se-á no dia útil seguinte à apresentação das propostas no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho do Cadaval, sito na Av^a. Dr. Francisco Sá Carneiro, na vila e concelho de Cadaval, pelas 15:00 horas.

O ato público decorrerá perante uma Comissão nomeada para o efeito, pela Câmara Municipal de Cadaval.

O ato público inicia-se quando o Presidente da Comissão declarar aberta a sessão, verificando a existência dos legais representantes das entidades concorrentes, passando-se de seguida à abertura das propostas recebidas. Procede-se depois, à seriação dos concorrentes, por ordem de entrada dos invólucros, donde resultará uma lista, que será lida aos presentes, questionando os mesmos sobre eventuais reclamações ou pedidos de esclarecimento. Por fim será elaborada uma ata do ato público que será assinada por todos os membros da Comissão e a sessão do ato público será encerrada pelo Presidente da Comissão.

A Comissão acima identificada deverá apreciar os processos de candidatura, avaliar e, consequentemente, ordenar as respetivas propostas, propondo à Câmara Municipal a atribuição do terreno destinado ao arrendamento, ao primeiro classificado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data do ato público.

O prazo referido no número anterior interrompe-se com a solicitação de elementos adicionais, começando a contar na data de entrega dos elementos solicitados.



MUNICÍPIO DO CADAVAL
Câmara Municipal

A Câmara Municipal reserva-se o direito de não deliberar a atribuição/arrendamento do terreno, sempre que se constatar que a sua utilização que seja prejudiciais em termos ambientais, não respeitem critérios e condições definidos no presente regulamento ou não defendam os interesses gerais socioeconómicos do concelho de Cadaval.

Os candidatos serão notificados do teor da deliberação da Câmara Municipal cumprindo as regras do direito de audiência prévia previstos no novo Código do Procedimento Administrativo.

Pagamento

- A primeira renda vence no prazo de 1 na data de assinatura do contrato, devendo a mesma ser paga no prazo de 30 dias no balcão da tesouraria municipal.
- As restantes rendas vencem contados que sejam 12 meses desde o vencimento da última renda, devendo a mesma ser paga no prazo de 30 dias no balcão da tesouraria municipal.

Utilização do Terreno

A utilização do terreno far-se-á no estrito cumprimento das disposições legais e regulamentares vigentes e no âmbito do disposto no presente programa de hasta pública e demais legislação aplicável.

A utilização do terreno carece de prévia autorização da Câmara Municipal e/ou das entidades com competência na área de atividade e demais condicionantes, sendo que será verificada, aquando do, eventual, licenciamento.

A utilização do terreno ou das instalações para fim diverso do indicado na proposta sem prévio consentimento expresso da Câmara Municipal de Cadaval e/ou das entidades com parecer vinculativo, dá direito a que o Município, desde logo, proceda à rescisão do contrato celebrado, à reversão para a titularidade do Município do Cadaval, de todas as benfeitorias e construções nele efetuadas, com perda do valor das rendas já pagas, não sendo devido o pagamento, ao arrendatário, de qualquer indemnização ou compensação por parte do Município do Cadaval.

Transmissão de direitos sobre o prédio objeto de arrendamento

O arrendatário não pode, em caso algum, transmitir ou ceder o terreno, assim como as instalações nele edificadas.

Igualmente, em caso algum, não é permitida a cedência através de comodato.

São nulos os negócios de transmissão ou cedência do terreno, sem autorização expressa, por escrito, da Câmara Municipal de Cadaval.

Em caso de ocorrer transmissão ou cedência do terreno não autorizada, tal facto implicará, desde logo, a rescisão do contrato de arrendamento e a reversão, para a titularidade do Município do Cadaval, de todas as benfeitorias e construções nele efetuadas, com perda do valor das rendas já pagas, não sendo devido o pagamento, ao arrendatário, de qualquer indemnização ou compensação por parte do Município do Cadaval.



MUNICÍPIO DO CADAVAL
Câmara Municipal

Restrições à Utilização

A verificarem-se situações supervenientes não previstas que provoquem consequências poluentes ou, de alguma forma, lesivas para a qualidade ambiental, a Câmara Municipal ou qualquer entidade com competência vinculativa direta ou indireta, poderão a todo o tempo, impor a obrigação de instalação de meios complementares de eliminação dos inconvenientes verificados, podendo ser notificada a obrigação de interrupção de laboração, até à debelação do problema.

A concessão da autorização de utilização poderá ficar condicionada nos termos da legislação aplicável, à apresentação, pelo requerente, de documentação comprovativa e justificativa de que os processos de fabrico empregues e as disposições antipoluição reduzem a mesma a valores técnicos legalmente exigidos.

Legislação

Em tudo o que estiver omissa regulam as disposições legais aplicáveis, nomeadamente, ao abrigo do Decreto-Lei nº 280/2007 de 7 de Agosto, na sua atual redação (Regime Jurídico do Património Imobiliário Público).



MUNICÍPIO DO CADAVAL
Câmara Municipal

Anexo

